

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO EM UMA REDE MUNICIPAL: retrocesso e resistência docente

*Gilceane Caetano Porto*¹

*Mauro Augusto Burkert Del Pino*²

*Giovanna Allegretti*³

*Fernanda Arndt Mesenburg*⁴

*João Carlos Roedel Hirdes*⁵

*Eugênia Antunes Dias*⁶

*Annelise Costa de Jesus*⁷

Eixo 1 - Alfabetização e políticas públicas

Resumo:

O estudo vem sendo desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública – GIPEP/UFPel, e faz parte da Pesquisa Nacional “ALFABETIZAÇÃO EM REDE: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 e da recepção da PNA pelos docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do E.F.”, que vem mapeando a implantação da Política Nacional de Alfabetização e o contexto que orienta a organização pedagógica da alfabetização durante o ensino remoto. Com a utilização de dados parciais produzidos pela Pesquisa Nacional, analisamos uma rede municipal do estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de compreender a percepção das professoras sobre a implementação da política e quais alterações percebem em seu fazer pedagógico e em suas práticas de alfabetização. Para tanto, contou com a participação de 158 professoras em uma metodologia quali-quantitativa, através de questionário e de rodas de conversa. Como resultados parciais, identificamos que, embora a rede tenha optado pela adesão à nova política, ainda não instituiu formas para sua efetivação. Além disso, constatamos que o direcionamento dado pela política causa desconforto nas docentes, uma vez que encaminha para o método fônico como único para a alfabetização, sem possibilitar espaços de discussão, mas produz também mecanismos de resistência por parte das professoras. A realidade vivida na rede, associada a análise teórica realizada, indica que tais políticas desconsideram a construção teórica do campo da alfabetização no país, resultando em um movimento de retrocesso que desrespeita

¹ Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Líder do GIPEP. Contato: gilceanep@gmail.com

² Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenador do PPGE/UFPel. Líder do GIPEP. Contato: mauro.pino1@gmail.com

³ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel. Pesquisadora do GIPEP. Contato: contatogallegretti@gmail.com

⁴ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel. Pesquisadora do GIPEP. Contato: fernandamesenburg@gmail.com

⁵ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel. Pesquisador do GIPEP. Contato: joaocrh@gmail.com

⁶ Doutora em Educação Ambiental. Professora da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisadora do GIPEP. Contato: eugeniaad@gmail.com

⁷ Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Educação da UFPel. Bolsista PIBIC - CNPq. Pesquisadora do GIPEP. Contato: annelise_cj@hotmail.com

a formação subjetiva dos estudantes e limita o trabalho docente.

Palavras-chaves: Política Nacional de Alfabetização; alfabetização; trabalho docente; ensino remoto.

Introdução

O contexto da pandemia atual, causado pela COVID-19, desorganizou o cenário educacional e outros setores da sociedade. Crianças viram-se fora da escola, famílias buscaram suprir essa demanda e as professoras⁸ encontraram-se mergulhadas em um universo tecnológico e de muitas incertezas. Ao mesmo tempo, gestores das redes e equipes diretivas das escolas perceberam-se diante da tarefa de organizar um fazer pedagógico para além das necessidades educativas dos alunos.

As desigualdades sociais e educacionais se acentuaram e a intensificação do trabalho docente, para além do que já se observava antes da pandemia, se tornou uma realidade ainda mais gritante (GESTRADO, 2020).

Diante deste cenário é que esta pesquisa é desenhada. Tem origem com a pesquisa nacional “ALFABETIZAÇÃO EM REDE: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 e da recepção da PNA pelos docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do E.F.”, que está sendo realizada por pesquisadoras de 27 universidades brasileiras, e que tem por objetivo investigar discursos e práticas de alfabetização que são produzidas neste momento da pandemia e, a longo prazo, analisar os desdobramentos da atual Política Nacional de Alfabetização - PNA, contribuindo, assim, para a redefinição das políticas de alfabetização.

Para este estudo, fruto dos movimentos de pesquisa realizados pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública - GIPEP/UFPel, utilizamos os dados obtidos com a referida pesquisa e direcionamos nossa atenção para as questões que dizem respeito à PNA, com o objetivo de compreender a percepção das professoras sobre a implementação desta política na rede municipal de ensino de um município gaúcho, e quais alterações percebem no seu fazer pedagógico e nas práticas de alfabetização em decorrência da política.

Para tanto, além da análise dos dados obtidos junto às docentes, fez-se necessário compreender a PNA, identificando a perspectiva que ela traz para o campo de alfabetização e os possíveis impactos para a área (MORAIS, 2020; MORTATTI, 2020).

⁸ De acordo com os dados do Censo Escolar de 2020, cerca de 80% do magistério da educação básica é composto por mulheres. Sendo assim, optamos por trabalhar com os termos no feminino.

Metodologia

Para este estudo, escolhemos trabalhar com a rede de um município situado no interior do Rio Grande do Sul, onde estamos desenvolvendo atividades de formação continuada há cerca de dois anos. Para tanto, filtramos as respostas do questionário nacional direcionado para as professoras de todo o país, com o qual foram obtidas 14.730 respostas, e selecionamos apenas as professoras da rede investigada, resultando em um total de 158 respondentes. Os dados obtidos foram tratados dentro de uma perspectiva quali-quantitativa, gerando os resultados discutidos em seção específica.

A partir da organização das informações obtidas, iniciou-se a segunda etapa da Pesquisa Nacional, qual seja, a realização de rodas de conversa com as professoras respondentes, metodologia que possibilita espaço para diálogo entre os participantes, tomando por base os questionamentos e provocações feitas pelo moderador (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN; LUNARDI, 2011).

Para a realização das rodas, foi elaborado um material com as questões norteadoras organizadas em blocos, proposto pelos professores integrantes da Pesquisa Nacional, e que foi utilizado por todas as universidades. Para esta pesquisa, realizamos quatro encontros virtuais com professoras, cujo foco das questões residia nos aspectos sobre a implementação da PNA e também sobre o ensino remoto.

Com os dados oriundos dos questionários e das rodas de conversa, optamos por organizar as informações em categorias a fim de avaliar quais iriam compor nosso escopo de análise. Fez-se isso tomando por base a perspectiva de Análise de Conteúdo, desenvolvida por Bardin (1977), chegando à constituição do que a autora denomina como sendo um *corpus*. Tais categorias serão apresentadas e discutidas na seção sobre os resultados parciais da pesquisa.

Fundamentação teórica

Vivemos uma reforma educacional com foco mercadológico, regida por avaliações em larga escala e por estruturas que prezam a eficiência, reflexo do projeto de sociedade neoliberal vigente. Com a imposição da PNA, a qual se deu sem nenhuma discussão com pesquisadores e docentes, a alfabetização ganha um foco político, transformando-se em um instrumento que permite evidenciar os índices de desempenho do país, através de indicadores para a avaliação da eficácia da alfabetização (MORTATTI, 2020).

Sabemos que a alfabetização é um dos principais pilares que permite à população

exercer sua cidadania. No entanto, o projeto em vigor caminha no sentido contrário, preconizando a alfabetização mecânica, descontextualizada e acrítica, ao mesmo tempo em que desconsidera as condições socioeconômicas e culturais das crianças e das professoras. Trata-se de uma proposta homogeneizante que, através do discurso persuasivo sobre evidências científicas internacionais, desconsidera e aniquila a densa produção científica brasileira (GONTIJO; ANTUNES, 2020; FRADE, 2020).

Como forma de materialização da referida política, foi instituído o Programa Tempo de Aprender, que preconiza o método fônico como principal estratégia de alfabetização. Ao direcionar, de forma arbitrária e retrógrada para um único método, a política ceifa a autonomia docente e revela sua face antidemocrática (NOGUEIRA; LAPUENTE, 2021).

Dentre as manifestações dos eixos que compõem o Programa estão a formação continuada dos professores através de cursos de capacitação; a implementação do Sistema On-line de Recursos para Alfabetização (SORA); a reformulação dos livros didáticos com apoio financeiro empresarial; e a massificação de avaliações de alfabetização com premiação de professores (*Ibidem*).

A política se estabelece de forma determinística a partir da implementação do método fônico, regida e controlada pelo Programa Tempo de Aprender, deixando de lado a subjetividade da formação de cada estudante. Desconsidera o tempo da criança para a apropriação do sistema de escrita e estabelece uma aprendizagem que ocorre individualmente e descontextualizada da realidade, limitando cada vez mais o acesso da população marginalizada a um processo de alfabetização que se consolide como ferramenta de transformação social (ALMEIDA, 2020).

Olhar para a implementação da PNA, à luz do contexto de crise causado pela pandemia, significa compreender que o ensino remoto é uma potente ferramenta para a consolidação do modelo proposto pela política. Apenas compreendendo os sentidos dessa política é possível pensar em ações de combate ao cenário de desigualdade que tanto se acentuou com o contexto de pandemia, somado ao recorrente desmonte educacional brasileiro.

Resultados e Discussão

Neste estudo abordamos os aspectos que dizem respeito a PNA e sua recepção e implementação na rede investigada, realizando o contraponto com a perspectiva das docentes participantes das rodas de conversa, bem como com os dados obtidos com o questionário. Apresentamos os dados a partir de algumas categorias que sistematizaram a análise, destacando o conhecimento das professoras sobre a PNA, a existência de discussão sobre a

política na rede, a relação entre PNA e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, além do programa Tempo de Aprender.

Quanto ao conhecimento sobre a PNA, 57% das respondentes afirmam conhecê-la. Quando questionadas sobre o que conhecem sobre a política, as respondentes focalizaram em três documentos: 20% sinalizaram conhecer o caderno que explica o que é a PNA; 10% o decreto que institui a PNA; e 8% o material e o curso do Programa “Tempo de Aprender”.

O município investigado, embora tenha optado pela adesão à política, não instituiu formas para sua implementação nas escolas em virtude do contexto pandêmico. No entanto, 51% das professoras afirmaram ter participado de discussões sobre a PNA. Ao que tudo indica, isto se deve ao fato de as professoras lecionarem em outras redes de ensino.

A professora Paola, aqui tratada através de nome fictício, como todas as demais, quando questionada sobre seu conhecimento em relação à PNA, afirmou conhecer pouco e justificou: *“Observo a maneira como encaminham para uma determinada metodologia, então, não me foi atrativo buscar como fonte de referência para o trabalho”*.

Quando se referem aos métodos de alfabetização, as professoras trouxeram para o diálogo a formação vivenciada ao longo do PNAIC, uma das categorias organizadoras da análise. Laura lembrou o referido programa: *“Eu vi que até hoje eu sinto a falta do PNAIC, porque ali tu descobrias outras formas de trabalhar, tanto a linguagem quanto a matemática. Para mim o PNAIC foi o melhor”*. Já em relação à PNA, a professora traduz seu descontentamento com a perspectiva adotada, cujo encaminhamento centra-se no método fônico: *“O que eu vejo no fônico é que se faz uma grande propaganda, como se fosse um método milagroso. Eu acho que não é só ele que vai alfabetizar... é um conjunto, com todas as outras estratégias que tu usas”*.

Sobre a propaganda do Programa Tempo de Aprender, referenciada na fala de Laura, amplamente difundida pela televisão aberta e nas mídias sociais, Paola complementa: *“nunca me pareceu simpático assumir exclusivamente um método para alfabetizar. E é isso, justamente, que me preocupa quando eu ouço falar nessa propaganda”*.

O PNAIC pressupunha outra concepção teórica e metodológica para a alfabetização na perspectiva do letramento (BRASIL, 2015). O conceito letramento, inclusive, sequer é mencionado pela PNA, tornando evidente o desejo de apagamento do referencial teórico anteriormente construído (BUNZEN, 2020). A desconstrução do referencial produzido nos últimos 40 anos traz consequências danosas para o campo da alfabetização (FRADE, 2020). Macedo (2020, p. 64) resume, de forma muito sensível, os motivos pelos quais a concepção presente na PNA deve ser rechaçada.

Simplesmente porque a escrita é muito mais que uma técnica, é uma cultura! E como

tal, só pode ser apreendida a partir da imersão em experiências que produzam sentido, que evidenciem para as crianças o modo como esta ferramenta funciona na sociedade em que vivemos.

Quanto ao Programa Tempo de Aprender, apenas 13% das respondentes realizaram o curso. Este baixo percentual advém do fato de que a rede pesquisada não exigiu a realização. No entanto, muitas professoras atuam em mais de uma rede, logo, infere-se que a realização do curso se deve a exigência realizada por outra rede de trabalho.

Observamos, também, elementos de resistência teórica e prática por parte das professoras. A professora Laura deixa claro que há espaço para discussão e enfrentamento da atual política.

Eu acho que o Tempo de Aprender, na minha percepção, é muito raso. Eu acho que eles poderiam ter mais embasamento. Era tudo muito mecânico, né? Muito mal feito... uns textos muito fraquinhos para poder ir bem rápido. Foi essa a impressão que eu tive.

A perspectiva fica ainda mais evidente na fala de Paola: “quando eu fecho a porta da minha sala de aula, sou eu ali... nós sempre vamos encontrar formas de realizar nosso trabalho como a gente acredita.”

Através dos posicionamentos das professoras e dos estudos realizados, percebe-se que a atual política, a qual está estritamente relacionada ao desmonte da educação pública, necessita ser amplamente discutida e enfrentada para que o retrocesso previsto com a PNA não se materialize, trazendo prejuízos irreversíveis para a sociedade.

Considerações Finais

Neste texto, apresentamos os dados parciais da Pesquisa Nacional “Alfabetização em Rede”, a partir do tratamento e aprofundamento realizado pelo grupo de pesquisa GIPEP/UFPel.

Após a análise dos dados, verificamos que, apesar do município estudado ter feito a adesão à PNA, o mesmo não organizou movimentos efetivos para sua implementação. É fato que o contexto pandêmico e a consequente modalidade remota estão dificultando a implementação da PNA.

De modo geral, as professoras da rede conhecem a política, mas não foram mobilizadas a fazer discussões sobre a mesma. Além disso, como não está sendo obrigatória a participação no programa Tempo de Aprender, constatou-se baixa adesão a esta formação.

Percebemos que as professoras discordam em associar o seu fazer pedagógico com

uma política que direciona para um único método de alfabetização e que, ao mesmo tempo, ignora o vasto referencial teórico produzido no país. Nos diálogos estabelecidos ficou evidente a crítica ao método fônico e a valorização do PNAIC como formação continuada que, efetivamente, trouxe reflexões importantes para a prática pedagógica. Estas profissionais, ainda permeadas pelos encontros de formação do PNAIC, não se reconhecem nesta nova perspectiva.

Concluimos que a PNA, com seu caráter impositivo e homogeneizador, que reduz a autonomia docente e, por consequência, limita o pensamento dos estudantes, está sendo enfrentada com resistência por parte das professoras da rede investigada. A perspectiva de alfabetização e letramento desenvolvida pelo PNAIC está bastante presente nas práticas referenciadas pelas professoras.

Assim, não está evidente que a imposição da PNA será aceita pelas professoras. Ao contrário, há evidências de que a concepção e a formação das professoras da rede são capazes de enfrentar as mudanças previstas pela PNA e os retrocessos daí decorrentes, conforme a abordagem teórica e os dados destacados nesta investigação.

Referências

- ALMEIDA, A. C. Ninguém chega lá, partindo de lá, mas daqui: uma crítica ao conceito de alfabetização na PNA, à luz de algumas contribuições de Paulo Freire. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BACKES, D. S., COLOMÉ, J. S., ERDMANN, R. H., & LUNARID, V. L. (2011). Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, 35(4), 438-42. doi:10.15343/0104-7809.2011354438442
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC, SEB, 2015.
- BUNZEN, C. Um breve decálogo sobre o conceito de 'literacia' na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- FRADE, I. C. A. S. Um paradigma científico e evidências a ele relacionadas resolveriam os problemas da alfabetização brasileira? **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- GESTRADO, 2020. **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Disponível em: <https://gestrado.net.br/pesquisas/trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia-cnte-contee-2020/>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- GONTIJO, C. M. M; ANTUNES, J. S. C. Diálogos com o Plano Nacional de Alfabetização (2019): contrapalavras. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10

(Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MACEDO, M. do S. A. N. Por uma alfabetização transformadora. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/356>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MORAIS, A. G de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MORTATTI, M. R. L. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NOGUEIRA, G. M; LAPUENTE, J. S. M. “Tempo de Aprender”: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 26, p. 1-17, 2021.